

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOUTRINA

ARTIGOS

El Derecho Administrativo ante la crisis (El Derecho Administrativo Social)	
Jalme Rodríguez-Arana Muñoz	13
1 Introducción.....	13
2 La dimensión social del Derecho Administrativo	15
3 Derecho Administrativo y dignidad del ser humano.....	23
4 Referencias	36

Estado Constitucional de Derecho y servicios públicos

Augusto Durán Martínez	39
I Estado Constitucional de Derecho	39
II Servicios públicos	45
III Derechos de los usuarios	51
IV Unidades reguladoras	56
V Apreciaciones finales	58
Bibliografía	59

A democracia interna dos partidos políticos como premissa da autenticidade democrática

Enelda Desires Salgado, Alejandro Pérez Hualde	63
1 A democracia e a vontade popular	63
2 O partido político democrático.....	68
3 A função constitucional dos partidos políticos na Argentina e no Brasil.....	70
4 Os dirigentes partidários e a alternância de poder	75
5 Reflexões sobre o estado das coisas	79
Referências	81

Autonomia delle Università: studio comparativo tra l'ordinamento giuridico brasiliano e quello italiano

Fabrizio Motta	85
1 Introduzione	85
2 Ragioni della scelta del tema, delimitazione dell'oggetto e sua importanza	86
3 Diritto fondamentale all'istruzione: prospettiva comparata	90
3.1 Diritti fondamentali nello Stato Costituzionale.....	90
3.2 Diritto fondamentale all'istruzione	96
4 L'autonomia universitaria.....	101
4.1 L'autonomia universitaria nella Costituzione Italiana	101
4.2 Autonomia universitaria nella Costituzione Brasileira	120
5 Conclusioni	125
6 Riferimenti bibliografici	126

4	A crítica ao “processo constituinte específico”	221
5	Poder Constituinte ilimitado	229
6	Considerações finais	235
	Referências	238

A aplicação do regime diferenciado de contratações (RDC) aos megaeventos no

Direito Administrativo contemporâneo

	Lucas do Monte Silva, Patrícia Borba Vilar Guimarães	243
1	Introdução	243
2	A mudança paradigmática do Direito Administrativo: os avanços do Direito Administrativo contemporâneo	245
3	Análise do Regime Diferenciado de Contratações	252
3.1	A contratação integrada	254
3.2	A remuneração variável	260
3.3	A inversão de fases do procedimento licitatório	262
3.4	O sigilo inicial do orçamento	264
4	Experiência da utilização do RDC: casos concretos da Infraero	268
5	Considerações finais	273
	Referências	275

A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades em Portugal.

Um exemplo a ser seguido

	Camila Silva de Amorim	279
1	Introdução	279
2	Noções gerais sobre responsabilidade civil extracontratual e responsabilidade civil extracontratual do Estado	280
2.1	Gestão pública versus gestão privada	283
2.2	A responsabilidade objetiva	287
3	A Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro	288
3.1	Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa	289
3.2	Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	293
3.3	Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função político-legislativa	296
3.4	As indenizações compensatórias pelo exercício de atuações administrativas lícitas ou em estado de necessidade. Indenização pelo sacrifício	297
4	Tribunal competente para a instauração do processo comum	298
5	Jurisprudência sobre o tema	299
6	Considerações finais	303
	Referências	304
	INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	307

A nova lei anticorrupção e a importância do *compliance* para as empresas que se

relacionam com a Administração Pública

	Emerson Gabardo, Gabriel Morettini e Castella	129
1	Introdução	130
2	Apresentação do <i>compliance</i>	134
3	Questões fundamentais nos programas de <i>compliance</i>	135
4	O <i>compliance</i> e a Lei 12.846/2013	137
5	Os princípios da Administração Pública na aplicação do <i>compliance</i>	141
6	Conclusão	143
	Referências	145

A quebra de sigilo bancário *post mortem* em inquérito policial: entre a proteção dos direitos fundamentais à intimidade e à privacidade e o interesse público de persecução penal

	Daniel Wunder Hachem, Felipe Klein Gussoli	149
1	Considerações iniciais	150
2	O direito fundamental à inviolabilidade da intimidade e da privacidade como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana	151
3	O sigilo bancário e fiscal como elemento integrante do direito fundamental à inviolabilidade da intimidade e da privacidade	154
4	A proteção da intimidade e da privacidade da pessoa para além da vida: legitimidade dos familiares para reivindicar a tutela da memória do <i>de cuius</i>	160
5	A quebra do sigilo bancário como restrição a direito fundamental sujeita à observância do princípio da proporcionalidade	165
6	A aplicação do princípio da proporcionalidade no caso de colisão entre o interesse público de persecução penal e o direito da família à proteção da intimidade e da memória do falecido	168
7	Conclusão	172
	Referências	175

O judicial e o extrajudicial: Ministério Público e direito à saúde no Brasil

	Felipe Asensi, Adriana Aidar, Daniela Dias, Arnaldo Ferreira, João Barcelos, Renata Sallum, Luiza Cattley, Patrick Szklarz, Vanderson Maçullo	179
I	Introdução	180
II	Estratégia metodológica	181
III	Estratégias e políticas do MP para a saúde	182
3.1	Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDES)	182
3.2	Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA)	184
3.3	Promotorias de Tutela Coletiva	184
3.4	Centros de Apoio Operacional	185
IV	Judicialização e juridicização da saúde	187
V	O MP para além do processo judicial	195
VI	Considerações finais	203
	Referências	204

Legitimidade política e compatibilidade constitucional: a recepção pelos juristas das propostas de assembleia constituinte exclusiva para alterar o sistema político

	Alexandre Araújo Costa, Eduardo Borges Araújo	207
1	Introdução	208
2	Estratégias de implementação da reforma política	213
3	Teoria liberal do poder constituinte	217